

Estatísticas distorcem resultados fiscais

Estudo do banco Goldman Sachs mostra fragilidade dos vizinhos latino-americanos

LEANDRA PERES

BRASÍLIA - O Brasil, até há pouco tempo, era o "patinho feio" entre os países da América Latina. Comparado ao Chile, Argentina e México, estrelas da estabilização fiscal na região, o País perdia por ter um déficit elevado e uma dívida crescente. Estudo feito pelo banco americano Goldman Sachs que circula entre os principais integrantes da equipe econômica, e ao qual o Estado teve acesso, mostra, entretanto, que as contas dos vizinhos não estão tão bem quanto parecem. As diferenças na elaboração de estatísticas fiscais oficiais distorcem os dados e fazem com que o resultado dos vizinhos pareça sempre mais verde.

"A nossa principal conclusão é que o déficit nominal ajustado e o resultado primário podem diferir substancialmente das estatísticas oficiais", explica o economista responsável pelo estudo, Frederico Kaune.

"Essas diferenças são particularmente significativas nos casos de México, Argentina e Chile e, em contraste, o resultado ajustado de Brasil, Colômbia e Panamá se diferencia em muito pouco dos números oficiais", afirma.

O estudo calculou o resultado das contas públicas dos países da América Latina seguindo metodologia igual para todos, e comparou com o dado oficial divulgado pelos governos de cada um. A distorção maior, segundo o estudo, apareceu nos resultados mexicanos. Pelas estatísticas oficiais

daquele país, o déficit nominal (receitas menos despesas, considerando também gastos com juros) em 1999 foi de 1,15% do Produto Interno Bruto (PIB). Pelos cálculos do Goldman Sachs, o resultado foi um déficit equivalente a 4,16% do PIB. Ou seja, 3,62 vezes maior.

Quando a comparação com o Brasil é feita, a situação fica ainda mais distorcida. Considerando apenas os resultados oficiais, o Brasil tem um déficit nominal 8,7 vezes maior que o mexicano. Feitos os ajustes, nos cálculos do banco, a diferença cai para 2,6 vezes. O que leva a uma avaliação de que o México não está em situação fiscal tão melhor que o Brasil como parece inicialmente.

Usando esse mesmo critério é possível concluir que, se comparado com a Argentina, o déficit oficial brasileiro é 3,9 vezes maior. Feitos os ajustes, a diferença cai para 2,4 vezes. Em relação ao Chile, a diferença sem o ajuste é de 6,41 vezes, enquanto depois dos acertos

de metodologia cai para 5,9 vezes.

O chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, José Guilherme Reis, ressalta que no longo prazo o Brasil fica em melhor

situação que os demais países da América Latina por divulgar estatísticas mais amplas e abrangentes. "Isso reforça a credibilidade e a noção de que o País não tem nada a esconder dos investidores", afirma.

José Guilherme lembra, por exemplo, que parte do crescimento da dívida interna brasileira é resultado do reconhecimento de dívidas antigas que o governo tinha, mas que não estavam contabilizadas (os chamados "esqueletos"). "Nem por isso deixamos de ouvir inúmeras vezes que a dívida aumentou demais", diz.

MÉXICO APRESENTA MAiores DISTORÇÕES

DÉFICITS NACIONAIS		
Resultado das contas dos países em 1999		
Déficit nominal de acordo com as estatísticas oficiais	Valores oficiais - em % do PIB	Déficit em % ajustado pela Goldman Sachs
Argentina	2,51	4,54
Brasil	10,01	10,97
Chile	1,56	1,83
Colômbia	5,17	5,17
Equador	6,18	9,07
México	1,15	4,16
Panamá	1,40	1,40
Peru	2,89	2,76
Venezuela	3,40	3,40
América Latina	4,95	6,52

Fonte: Goldman Sachs

De acordo com o estudo do Goldman Sachs, o critério adotado para avaliar os países foi o mais amplo possível, tentando seguir sempre a metodologia aprovada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Uma das mudanças em relação ao que o Banco Central (BC) brasileiro faz é, por exemplo, excluir do resultado nominal as receitas com a concessão de bens e serviços pelo Estado.

A explicação para resultados tão diferentes pode ser os conceitos usados por cada país. Diferente do que faz o Brasil, a Argentina, por exemplo, não considera em seu déficit nominal o resultado das províncias, que seriam o equivalente a Estados e municípios brasileiros.

No caso do México, as despesas com o programa de investimento em projetos de infra-estrutura, que começou em 1996 com o objetivo de atrair investimentos privados para os seto-

res de petróleo e energia, fica fora dos cálculos oficiais. O Goldman Sachs estima que essas despesas em 1999 equivaleram a 1% do PIB e não foram contabilizadas.

As estatísticas chilenas foram ampliadas no estudo. Para fazer o cálculo de comparação com os demais países, o banco incluiu as instituições financeiras públicas e do fundo de estabilização dos preços do cobre e retirou as receitas de privatização e concessão.

Convergência - Embora evitem criticar os países vizinhos pela sua forma de cálculo, os integrantes da área econômica do governo não escondem sua frustração quando, por exemplo, se constata que as instituições financeiras internacionais dão à Argentina um conceito

(rating) mais elevado que ao Brasil. Eles reconhecem que o país vizinho tem uma tradição de controle fiscal, coisa relativamente recente no Brasil. Além disso, o Brasil tem contra si o fato de ter declarado moratória em 1987. Isso, reconhecem os técnicos, ainda pesa bastante contra o País.

Os principais integrantes da equipe econômica trabalham para reverter essa situação. Em suas viagens ao exterior eles não deixam de entrar em contato com as agências de rating para mostrar os resultados positivos obtidos pela política econômica brasileira.

Um fato que incomoda os técnicos é a diferença no cálculo do balanço de pagamentos do Brasil e da Argentina.

Segundo explicou um técnico da área econômica, o país vizinho coloca, nas suas contas, juros a receber do exterior, calculado sobre uma estimativa de recursos de argentinos fora do país. A lógica é a de que,

num momento de crise cambial, esses recursos poderiam ser trazidos de volta. Se fizesse o mesmo, o Brasil poderia colocar, em seu balanço de pagamentos, juros a receber dos recursos de

brasileiros que estão depositados nos paraísos fiscais mundo afora, supondo que eles voltariam num momento de crise.

Essas diferenças de cálculo tendem a ser eliminadas no longo prazo, à medida que avançarem os entendimentos em torno da convergência macroeconômica.

Um dos objetivos dessas negociações é, justamente, tornar as estatísticas dos diferentes países comparáveis entre si. A exemplo do que foi feito na Europa, esse seria um primeiro passo para implantar uma moeda única no bloco. (Colaborou Lu Aiko Otta)

**CÁLCULO
PREJUDICA
AVALIAÇÃO
EXTERNA**